

A mídia impressa paulista e a política externa do Governo Lula (2003-2010)¹

SOUZA, Ismara Izepe de (Doutora)²
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Resumo

Nessa comunicação pretendemos analisar a forma pela qual os principais periódicos paulistas abordaram as estratégias de inserção internacional colocadas em prática durante os oito anos do Governo Lula (2003-2010). Reconhecida e nominada como “ativa e altiva”, a política externa desse período pautou-se pela busca da elevação do status brasileiro nas decisões internacionais, além de priorizar medidas tais como a cooperação Sul-Sul e a integração sul-americana. Essas ações que se concretizaram, por exemplo, na valorização das relações com a África, foram duramente criticadas pela grande mídia no país, que muitas vezes pautou-se pelo maniqueísmo e pelas generalizações que impediram um aprofundamento das discussões sobre conceitos inerentes à política externa brasileira tais como a autonomia e desenvolvimento.

Palavras-chave

Governo Lula; Política Externa Brasileira; História da Mídia Impressa;

A política externa brasileira a partir do século XXI ganhou maior atenção e espaço junto à sociedade brasileira e muito contribuiu para isso o grande interesse que os veículos de comunicação passaram a dedicar à nossa inserção internacional. Ao longo do século XX, a imprensa não apresentou grande interesse pelos temas de política externa, sendo esporádicas as suas atenções nessa esfera. No entanto, alguns estudos recentes têm revelado que, especialmente em momentos históricos nos quais as estratégias externas passam por uma inflexão, há maior interesse da mídia sobre a questão (MANZUR, 2009; FRANCO, 2009).

O maior interesse da imprensa pela ação internacional do país no século XXI também parece acompanhar o avanço tecnológico e o surgimento de novas mídias, como a Internet, que facilitaram a circulação de informações sobre diplomacia, antes reservadas aos agentes da burocracia estatal diretamente envolvidos na formulação e implementação da política externa brasileira. Maior exemplo disso nos últimos tempos é a organização transnacional *Wikileaks*, que divulgou documentos diplomáticos e informações confidenciais que chocaram o mundo. A influência crescente das mídias tem determinado

¹ Trabalho apresentado no GT História da Mídia Impressa, integrante do 11º Encontro Nacional de História da Mídia, 2017.

² Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professora do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), na área de Política Externa Brasileira: história e contemporânea. Endereço eletrônico: ismaraisouza@gmail.com

vantagens e desvantagens para muitos países, que foram obrigados a repensar suas estratégias diplomáticas (LESSA; GAVIÃO, 2011, p. 54).

Os principais veículos de informação no país, que no início do século XX se limitavam aos jornais, marcaram suas posições e opinaram sobre qual deveria ser o papel do Brasil em conjunturas específicas, como o das duas guerras mundiais, por exemplo. Porém, tal interesse foi momentâneo e se justificou pelo impacto desses eventos na vida política e econômica do país. Outro momento no qual o interesse da imprensa pela política internacional do país cresceu foi durante a Política Externa Independente - PEI (1961-1964). Lançada por Jânio Quadros, a PEI lançou novos parâmetros para a nossa inserção internacional, defendendo para o Brasil uma atitude autônoma diante dos enquadramentos ideológicos da Guerra Fria. Os setores mais conservadores da sociedade e grande parte da imprensa brasileira que os representavam, passaram a considerar as novas diretrizes internacionais do país como perigosas e como sintomáticas das opções esquerdistas do governo. A condecoração de Che Guevara pelo Presidente Jânio Quadros, realizada em agosto de 1961, na percepção da imprensa, serviu para comprovar a suspeição. Com a renúncia de Quadros, o Governo João Goulart manteve as diretrizes da PEI que, a partir desse momento, entraram em consonância com os projetos de política interna. Isso, na perspectiva da oposição, reforçava o caráter esquerdista do governo de Jango (VIZENTINI, 2004, p. 176). O fato é que a PEI pautou-se pela autonomia e guiou-se pela minimização do caráter ideológico das ações internacionais. Nesse período, os principais veículos de comunicação iniciaram uma campanha para convencer a sociedade que a forma de inserção internacional que o país buscava gerava ameaças de “subversão da ordem”.

Durante o Governo Geisel (1974-1979), com o início do processo de abertura política e o fim da censura à imprensa, a condução dos assuntos internacionais passou a receber novamente as atenções da imprensa, tornando-se alvo de discussões junto à opinião pública (FRANCO, 2009) Na década de 1980, marcada pela crise econômica e recessão, parte significativa da imprensa já demonstrava comprometimento com as ideias liberais, promovendo críticas acirradas ao projeto desenvolvimentista. O questionamento das estratégias de inserção internacional pautadas pela autonomia e pelo universalismo já abria espaço para a defesa da alteração do paradigma da nossa política externa, que deveria repensar a aproximação com os países desenvolvidos.

A grande imprensa, durante os oito anos do Governo Lula, constituiu-se como a voz da oposição, engajando-se novamente em realizar críticas acirradas às estratégias de inserção internacional. Sendo assim, nossa proposta neste texto é apresentar breves reflexões sobre o tratamento que os principais jornais paulistas deram à política externa. A explanação baseia-se na análise de alguns editoriais de *O Estado de S. Paulo - OESP*, um dos mais tradicionais e influentes do país e da *Folha de S. Paulo - FSP*, o jornal mais lido no Brasil. Dividiremos nossa exposição em duas partes. Na primeira, traçaremos um panorama das principais diretrizes seguidas pela política externa entre 2003 e 2010, procurando identificar suas prioridades. Também teceremos considerações gerais sobre o despertar de um interesse maior por parte dos jornais mencionados acima com relação às ações brasileiras no cenário internacional, e como tal postura se relaciona ao perfil e à história dos mesmos. Na segunda parte analisaremos como a imprensa paulista abordou dois aspectos específicos que marcam a política externa do período: a intensificação das relações brasileiras com a África e com a América do Sul. Nesse último aspecto centraremos atenções em um momento delicado das relações do Brasil com a Bolívia quando, em 2006, o Governo Lula foi severamente criticado pelo comportamento frente à nacionalização do gás naquele país.

Essa comunicação não pretende esgotar as análises sobre a relação entre a imprensa e a política externa desse período, sendo muitos os temas que foram alvo das atenções da mídia impressa e que não receberam a devida menção neste texto. Não obstante, pretendemos apresentar considerações preliminares acerca de uma proposta de pesquisa ampla, que tem como escopo a cobertura de todos os editoriais dos referidos jornais que se dedicaram a aspectos diversos da política externa entre 2003 e 2010. Nossa metodologia consiste em arrolar todos os mencionados editoriais e categorizá-los segundo temáticas tais como: relações com a África, relações com a América do Sul; atuação na ONU; atuação junto à OMC; novas coalizões, diplomacia presidencial, dentre outros.

Para essa comunicação não obedecemos a critérios quantitativos, optando pela análise de editoriais e artigos de opinião publicados nos dias subsequentes ou simultâneos às ações de impacto do Brasil frente aos dois temas escolhidos. No que se refere às relações com a África, partimos de editoriais publicados logo após ou durante algumas viagens do Presidente Lula ao continente africano, seja para a participação em conferências multilaterais, seja nas visitas oficiais que realizou acompanhado por comitivas de setores

empresariais interessados no estreitamento de laços comerciais e econômicos. No que concerne às relações com a Bolívia, partimos das análises que os referidos jornais realizaram acerca da postura do Brasil frente à nacionalização do gás naquele país, em 2006. Os editoriais utilizados para essa exposição estão relacionados ao final do texto. Cabe observar que a pesquisa que nos propomos a realizar e que consiste na verificação de todos os editoriais que se dedicam a temas de política externa, só é possível graças à disponibilidade dos acervos completos de *OESP* e *FSP* em formato digital.

A política ativa e a imprensa brasileira

Em 2002, durante a campanha para a presidência da República, setores mais conservadores do espectro político exibiram seu receio diante da candidatura de Lula, imaginando que seu governo promoveria uma guinada radical à esquerda. Nos EUA, os republicanos neoconservadores também estiveram em alerta, receosos de uma alteração na postura do país no contexto hemisférico. Diante disso, logo após assumir, Lula acenou positivamente aos norte-americanos, defendendo os compromissos previamente assumidos nas arenas política e econômica (PECEQUILO, 2011, p. 87). Os primeiros passos do governo se deram em direção à manutenção de uma política econômica ortodoxa, o que de certa forma serviu para acalmar os mercados. No entanto, na política externa as ações foram no sentido de alterar muitas das estratégias anteriores.

Se existiu uma área na qual o Partido dos Trabalhadores foi fiel a seu projeto e programa de governo anterior à chegada ao poder, certamente foi na da política externa. A partir de 2003 um projeto globalista e de crítica às estruturas de poder internacional se acirraram. Um aspecto nitidamente de transformação, em relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso, se deu na defesa enfática da necessidade de mudanças nas estruturas de poder de organismos como a Organização das Nações Unidas – ONU e a Organização Mundial do Comércio – OMC. A referência à necessidade de descongelamento de poder nas estruturas do sistema internacional se fez presente no discurso das lideranças políticas e diplomáticas brasileiras que realizaram, por diversas vezes, alusão à ideia de “congelamento do poder mundial”, articulada e defendida pelo diplomata brasileiro Araújo Castro, no início da década de 1970 (SOUZA, 2014).

Ao contrário da grande mídia, a academia e os intelectuais, de forma geral, tem uma visão positiva da ação internacional do Governo Lula, reafirmando os aspectos de mudança

em relação à política externa de Fernando Henrique Cardoso (FREIXO; FREITAS, 2011). Como afirmam VIGEVANNI e CEPALUNI, se não houve rompimento com os paradigmas históricos de política externa, houve certamente mudança na ênfase a certas opções abertas à nossa atuação (2007). Acadêmicos como Paulo Fagundes VIZENTINI e Amado CERVO são bastante enfáticos na defesa das principais estratégias utilizadas nos oito anos de Governo Lula (2010; 2013).

Pode-se afirmar que houve, nesse momento, uma apropriada e rara conjunção de lideranças com a mesma percepção do sistema internacional. Lula nomeou Celso Amorim para conduzir o Itamaraty, um diplomata ativo politicamente, havendo coerência de ideais e propósitos entre o Partido dos Trabalhadores, o Presidente e o chanceler. Novidade também foi a criação do cargo de assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, para o qual foi nomeado Marco Aurélio Garcia.

A cooperação com os países em desenvolvimento foi um dos centros nevrálgicos da política externa “ativa e altiva” desse período. Houve o recrudescimento de uma política externa brasileira voltada para a África, que ganhou uma dimensão pragmática expressa pelo aumento significativo das relações comerciais e dos acordos de cooperação técnica. O interesse brasileiro pela África pode ser mensurado pelo aumento do número de embaixadas brasileiras no continente, de 17 no início do século XXI para 37 em 2011 (SARAIVA, 2012, p.13). A dimensão de solidariedade também foi incorporada a essa política de aproximação através do discurso da dívida histórica do nosso país para com o continente africano.

A parceria com a região sul-americana e a aposta no Mercosul como mecanismo de crescimento econômico constituíram-se como prioridades da política externa brasileira. Intencionando reverter a marginalização que a região sofre, o Brasil tomou iniciativas significativas para a promoção do desenvolvimento. A integração americana tem se realizado em três níveis: o Mercosul, a IIRSA e a CASA/UNASUL (VISENTINI, 2012, p. 115).

Todas as ações mencionadas acima receberam duras críticas da grande mídia brasileira, o que pode ser identificado na análise que CASARÕES faz dos dois jornais com os quais também trabalhamos. Em um artigo que traça um panorama geral da abordagem da imprensa sobre a política externa, o autor utilizou um critério objetivo para separar os editoriais de *O Estado de S. Paulo* e *Folha de São Paulo*. Tais editoriais foram

categorizados em “positivo”, “negativo” e “neutro” na forma pela qual opinaram sobre política externa ao final do Governo Fernando Henrique Cardoso e nos anos do Governo Lula. Os dados compilados demonstram que a política externa de Lula recebeu uma análise negativa na maioria dos editoriais de *OESP*, o que também se identifica, em menor escala, no jornal *Folha*.

O posicionamento desses jornais pode ser justificado pelo seu histórico. *OESP*, por exemplo, manteve ao longo do século XX forte identificação com os princípios de um liberalismo-conservador. É nítida a postura de combate a governos de teor progressista, como foram os de João Goulart (1961-1964) e em certa medida, o 2º Governo Vargas (1951-1954). A permanência do liberalismo e do conservadorismo é claramente observada nos editoriais que, ao longo do século XX, foram dedicados à política externa. Desde o início da Primeira Guerra Mundial o jornal defendeu um maior alinhamento do Brasil aos EUA. Assim o foi nas duas guerras mundiais e em momentos cruciais do pós-guerra. Essa postura, mesmo com a reconfiguração do sistema internacional e o fim da hegemonia norte-americana ao final do século XX, permaneceu como central na linha editorial de *OESP*. Foram recorrentes os editoriais que apontaram para o erro cálculo que a política externa estaria incorrendo, ao se distanciar dos EUA.

A forma pela qual a *Folha de São Paulo* e *O Estado de S. Paulo* comportaram-se diante das estratégias de inserção internacional do país é representativa da forma pela qual a imprensa comportou-se em relação a outras esferas do governo Lula. Caberia observar que existe uma visível contradição entre a visão negativa dessa política externa nas páginas dos jornais nacionais e o tratamento oposto por parte da mídia internacional que, em sua maioria, fez referências positivas à projeção internacional brasileira, durante os oito anos de governo do Presidente Lula.

Tais considerações nos levam a refletir sobre o papel da imprensa brasileira como ator político de extrema relevância ao longo dos séculos XX e XXI. Os periódicos tradicionais de longa duração – como os aqui analisados – se constituem em empresas jornalísticas de ampla tiragem que, apesar de se auto-proclamarem representantes da “opinião pública” sempre atuaram como defensores ou opositores a governos. Como afirma CAPELATO, os jornais se destacaram como “articuladores dos principais movimentos que mudaram a história do país ao longo do século XX” (2014, p. 305).

A aproximação com a África e com o entorno: pragmatismo e cooperação solidária

A Cooperação Sul-Sul foi uma das áreas mais criticadas quando a imprensa tratou de enfatizar os “erros” do Governo Lula na esfera internacional. Não só os editoriais seguiram essa linha, mas também os articulistas convidados. Em *OESP* se tornaram frequentes artigos de Fernando Henrique Cardoso, Celso Lafer e Rubens Barbosa, respectivamente o ex Presidente, o ex ministro das Relações Exteriores e o embaixador em Washington indicado pelos dois primeiros. A diplomacia multilateral, além da aproximação do Governo com líderes esquerdistas como Hugo Chavez, Fidel Castro e Evo Morales também foram alvo da análise negativa dos jornais.

Os editoriais e artigos dedicaram grande atenção a um aspecto que se relaciona também ao governo de Fernando Henrique Cardoso: a influência da diplomacia presidencial em vários âmbitos e decisões de política externa. Ao realizar muitas visitas internacionais e participar de importantes eventos multilaterais, Luis Inácio Lula da Silva alcançou grande projeção internacional. O simbolismo de sua figura como o primeiro presidente proveniente da classe trabalhadora ganhou amplitude, trazendo visibilidade à inclusão de temas sociais na agenda internacional.

Críticas à aproximação com a África incidiram em vários aspectos, como no aumento dos gastos públicos em decorrência da abertura de novas embaixadas e representações brasileiras no continente. Também foi duramente criticada a aproximação do Brasil com países ditatoriais. Nesse aspecto os editoriais parecem desconsiderar que as relações do Brasil com tais países procuraram evidenciar a relação de Estado a Estado. Os jornais posicionaram-se de forma a defender que a nossa diplomacia brasileira rompesse com uma de suas mais caras bandeiras e tradições, qual seja, a não ingerência nos assuntos internos de outros países. A imprensa oportunamente inseriu nessa discussão a preocupação com os direitos humanos, denunciando as relações amistosas do Brasil com países cujos governos são autoritários.

Nas diversas viagens à África que realizou, o Presidente Lula foi porta-voz de propostas de aproximação do Brasil com o continente. Projetos de cooperação multilateral para produção de biocombustíveis, além do estabelecimento de sedes da Fiocruz e da Embrapa foram alguns dos resultados efetivos dessa iniciativa. O estabelecimento de uma fábrica de medicamentos anti-retrovirais em Moçambique fortaleceu a cooperação na área

da saúde, tendo o Brasil disponibilizado recursos, equipamentos e tecnologia para a sua consecução.

Embora as críticas à política africana do Brasil tenham sido frequentes em ambos os jornais, *OESP* destaca-se por atacar todos os aspectos possíveis que envolvem essa aproximação. Em novembro de 2003, o jornal pronunciou-se sobre a fala de Lula na Namíbia acerca da necessidade de criar mecanismos e instituições na América do Sul que pudessem financiar o desenvolvimento de países africanos. O jornal evidenciou o que considerava ser “ilusões políticas e deslizes oratórios numa viagem quixotesca”, fazendo referências também às gafes cometidas pelo presidente ao elogiar a limpeza e beleza das cidades africanas que visitou (*As fantasias africanas de Lula*, 9 nov. 2003, *OESP*).

A afirmação recorrente foi a de que o país deveria considerar o pragmatismo comercial, mas não poderia deixar de lado a defesa dos direitos humanos, um princípio universal de nossa atuação internacional (*Diplomacia e ditadura*, 17 de outubro de 2007, *FSP*). No mesmo dia em que a *Folha* teceu tais considerações, *OESP* foi mais enfático nas críticas, evidenciando que a presença do presidente brasileiro em Burkina Faso legitimava seu governante, um ditador. (*Legitimando um ditador*, 17 de outubro de 2007, *OESP*).

Em 2010, numa espécie de balanço da política africana do país, *OESP* voltou a denunciar a aproximação do Brasil com países ditatoriais, dedicando atenções à visita de Lula à Guiné Equatorial. Após descrever o curriculum sanguinário do ditador do país, Teodoro Obiang, o jornal voltou à carga nas críticas à estratégia de priorizar as relações com a África. O editorial menosprezava o aumento do comércio dos países africanos com o Brasil insistindo que a prioridade atribuída à África pela diplomacia brasileira seria parte de uma “ilusão terceiro mundista dominante a partir de 2003.” (*Viagem a África imaginária*, 4 de julho de 2010, *OESP*).

A palavra ilusão foi, por diversas vezes, utilizada para fazer referência ao inegável impacto positivo que o renascer de uma política de aproximação com a África teve para o Brasil. As consequências positivas não são identificadas somente na esfera bilateral, sendo visíveis os resultados alcançados em âmbito multilateral, especialmente no que tange às coalizões com países em desenvolvimento. Na perspectiva de *OESP*, tal aproximação não se refletia em ganhos concretos ao Brasil, uma vez que o crescimento das relações comerciais seria ínfimo e não representaria alteração substancial na balança comercial brasileira.

Por outro lado, o jornal *FSP*, em alguns de seus editoriais, ressaltou positivamente o caráter simbólico das viagens do presidente Lula à África e a pertinência dessa aproximação, sob vários aspectos. Ao esmiuçar a viagem de Lula à Nigéria, em abril de 2005, o editorial reconheceu o valor simbólico da aproximação mas adjetivou de “fiasco” as negociações comerciais realizadas com aquele país africano (*Frustração na África*, 13 de abril de 2005, *FSP*).

A análise que os dois jornais fizeram da viagem do Presidente Lula à África reforça a afirmação de CASARÕES, segundo a qual o jornal *FSP* teceu críticas mais amenas e, por vezes, elogiou os objetivos da política externa do período. Segundo esse autor, a *FSP* direcionou suas críticas à figura de Lula, culpando o presidente e seus assessores por algumas condutas. Já *OESP* divergiu praticamente em todas as esferas da política externa, discordando nas visões de mundo, atores e métodos (2012, p. 231).

A aproximação do Brasil com os países da América do Sul também não passou despercebido pelos referidos jornais. Uma relação amistosa pautada pela cooperação em âmbito econômico e político marcou as relações do Brasil com seu entorno. No entanto, em maio de 2006, o Brasil enfrentou seu maior desafio nessa esfera. Com a nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia, pelo presidente Evo Morales, os interesses da Petrobrás foram colocados em cheque. As empresas foram autorizadas a permanecer atuando no país, mas tiveram que renegociar seus contratos.

Nos dias que se seguiram ao anúncio da nacionalização na Bolívia, diversos editoriais de *OESP* dedicaram-se a analisar a conjuntura naquele país e também a opinar sobre o comportamento que o Governo Lula deveria ter em defesa dos interesses nacionais. Nunca as opiniões sobre os termos que deveriam pautar as relações do Brasil com a Bolívia foram tão evidenciadas como no mês de maio de 2006. O jornal defendeu uma postura agressiva do Brasil, aludindo à “diplomacia do porrete”. *OESP* afirmava que a postura brasileira deveria pautar-se pela fragilidade do país vizinho no que tange às necessidades de exportação de seu gás e sua dependência da demanda brasileira nessa esfera. Em 02 de maio, *OESP* afirmou em seu editorial que chegara a hora do governo brasileiro deixar de ser benevolente com a Bolívia e três dias depois voltava a dedicar-se ao tema, enfatizando que o caso dava ao Brasil a chance de rever sua política externa de “descida aos infernos” (*Obsolência do inacabado*, 05 de maio de 2006, *OESP*). A defesa dos interesses da Petrobrás, nesse discurso, fundia-se como nunca aos interesses dos brasileiros. Interessante

observar que esse “surto de febre patriótica”, nas palavras de Igor Fuser (2011), foi proveniente de jornais que sempre minimizaram a importância de políticas em defesa do patrimônio nacional, defendendo as privatizações e um alinhamento preferencial do Brasil com os EUA.

Com uma defesa mais moderada e reconhecendo a soberania boliviana na ação, o editorial da *FSP* afirmou, no dia seguinte à nacionalização, que a postura do Brasil deveria ser de frieza e de “cálculo empresarial”, e que a pressão deveria ser redobrada a fim de conseguir que Evo Morales revisse a sua política “extremista”. (*Bolívia: Ame-a ou Deixe-a*, 2 de maio de 2006, *FSP*).

Conforme ia se verificando a disposição do Brasil em negociar com o governo de Evo Morales, os editoriais iam reforçando as críticas à postura do Governo Lula. A crítica central dos principais veículos de comunicação incidiu no suposto descaso do governo brasileiro com a defesa do interesse da Petrobrás e, logo, do interesse nacional. A estratégia da diplomacia brasileira, porém, foi a de insistir no caminho da negociação, mostrando que havia uma dimensão política de médio e longo prazo que deveria ser contemplada na construção de confiança entre os dois países.

Cabe observar que, embora tenha criticado a forma pela qual o Brasil conduzia as negociações com o país vizinho, a *FSP* abriu espaço para opiniões dissonantes. Alguns dos articulistas da *Folha*, por vezes, se coadunaram com posições do governo e da diplomacia brasileira. Clóvis Rossi, um dos jornalistas mais atuantes na imprensa nacional, insistiu no direito da Bolívia em nacionalizar suas riquezas, evidenciando que Evo Morales, ao tomar medidas visando solucionar a imensa desigualdade social de seu país, estava sendo coerente com o que havia prometido aos seus eleitores. Rossi, como colunista do jornal, denunciou os exageros da opinião pública em atribuir a culpa sobre a situação na Bolívia ao Presidente Lula, lembrando que os negócios da Petrobrás neste país envolviam riscos desde a época do governo de Fernando Henrique Cardoso (Rossi, Clovis. *O fracasso (da memória)*, 04 de maio de 2006, *FSP*).

As análises de Clovis Rossi nos oferecem uma visão menos maniqueísta da condução da política externa brasileira. Esse jornalista fez referências positivas à atuação de Celso Amorim. Em 2005, referiu-se ao chanceler de Lula como um “Homem de Estado”, num artigo bastante elogioso acerca de sua atuação em defesa dos interesses agrícolas dos

países em desenvolvimento junto ao G-20, na Organização Mundial do Comércio (Rossi, Clóvis. *O Homem de Estado*, 18 de dezembro de 2005, *FSP*).

Cabe observar que na *FSP* escrevem jornalistas e personalidades do meio político, cultural e acadêmico que apresentam, em diversos temas, visão distinta da sua linha editorial. O jornal salienta que essa é uma postura desejável e que atesta a sua qualidade enquanto indutor e representante da opinião pública do país. A propaganda publicitária e o atual slogan da *Folha* investem nessa ideia: “Concordando ou não, siga a Folha. Porque ela tem suas posições, mas sempre publica opiniões divergentes.” Não obstante, a pluralidade de posições apresentada pelo jornal não parece se equalizar na cobertura política. “Dois terços são de direita e um de centro”, afirma Paulo Nogueira quando procura demonstrar que o jornal, a despeito de seu marketing, marca posição no cenário político brasileiro (NOGUEIRA, 2013).

O Presidente Lula tentou interceder a favor dos lucros da Petrobrás, mas ao mesmo tempo, reconheceu a nacionalização como expressão da soberania da Bolívia e de seu direito de legislar sobre os seus recursos naturais. Essa atitude, que buscou conciliar o interesse das empresas brasileiras com o discurso de solidariedade com países menos desenvolvidos foi duramente criticada pela imprensa. Sob a acusação de não defender os interesses nacionais em detrimento de uma solidariedade de cunho ideológico, Lula teve que enfrentar a questão até no âmbito da propaganda eleitoral que antecedeu o seu segundo governo. O candidato do PSDB levantou essa pauta nos últimos debates, acusando o Presidente de não defender o Brasil na contenda. Cabe observar que esse foi um dos raros momentos em que questões que envolvem decisões de política externa ganharam projeção junto aos debates eleitorais.

A postura dos jornais diante da política de aproximação com a África e frente à desafios como o da crise na Bolívia despertam a discussão acerca da mudança de paradigma da inserção internacional brasileira. Na percepção da oposição, das elites e da grande imprensa o país passou a ideologizar a política externa, dando-lhe feições de política de governo, abandonando sua percepção enquanto política de Estado. Grande parte dos intelectuais que se debruçam sobre a política externa defende que ela pode ser uma política de governo, uma vez que é natural que esteja em consonância com o programa dos grupos políticos que ascendem ao poder (SCHUTTE, 2013, p. 211).

Outra fonte de argumentação da oposição que foi recorrente nesses jornais se relaciona ao caráter supostamente antiamericano da política externa do Governo Lula. Tais afirmações, realizadas de forma maniqueísta, não levaram em consideração a elevação das relações bilaterais com os EUA em vários aspectos, apesar da manutenção de históricas rivalidades no âmbito comercial. A opção por um eixo-global de política externa não caracterizou o abandono das relações hemisféricas-bilaterais, tendo o governo Lula, como sustenta PECEQUILO, optado por eixos combinados de cooperação (2008).

Com essa breve exposição procuramos demonstrar que, entre 2003 e 2010, houve um despertar do interesse da mídia pela inserção internacional do Brasil, como em raros momentos ocorreu na história do século XX. É possível que desde o governo de João Goulart (1961-1964) a política externa brasileira não gerasse tanto interesse de parcelas significativas da grande imprensa. Essa última constituiu-se como a voz da oposição, que não se cansou em denunciar a “ideologização” e a “partidarização” da política externa de um Governo que, inegavelmente, promoveu maior projeção internacional do país. É fato que a politização da política externa brasileira parece hoje irreversível. No entanto, é importante que setores da sociedade e a opinião pública não sejam alimentados somente por informações majoritariamente contrárias a um determinado projeto de governo.

Fica evidente, na análise dos editoriais, o quanto os veículos de comunicação no Brasil estiveram comprometidos com a oposição política ao Governo Lula. A ideia de que é positiva a participação da sociedade nas discussões sobre a formulação da política externa deve ganhar força. Porém, não se pode perder de vista que opinião pública e imprensa não se constituem em sinônimos, e que os interesses ideológicos sempre estiveram por trás de qualquer proposta de inserção internacional do Brasil.

Referências bibliográficas

CAPELATO, Maria Helena. “História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo.” In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *História do Tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, pp. 299-315.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. A mídia e a política externa no Brasil de Lula. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* vol. 1, n.2, 2012, p. 211-236.

- CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Edit. UNB, 2010.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 51, n. 2, 2008.
- FRANCO, Geisa Cunha. *Opinião pública e política externa na abertura democrática brasileira. O debate na imprensa durante o governo Figueiredo (1979-1985)*. Curitiba: Juruá, 2009.
- FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. Um tema, múltiplas interpretações: um breve balanço da produção acadêmica sobre a política externa da Era Lula. In: FREIXO, Adriano de et all (Orgs). *A política externa brasileira na Era Lula: um balanço*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- FUSER, Igor. *Conflitos e contratos. A Petrobrás, o nacionalismo boliviano e a interdependência do gás natural (2002-2010)*. Tese de doutorado em Ciência Política. São Paulo: FFLCH, USP, 2011.
- LESSA; Mônica; GAVIÃO, Leandro. Política Externa, mídia e propaganda nos governos Lula da Silva (2003-2010). In: FREIXO, Adriano de et all (Orgs). *A política externa brasileira na Era Lula: um balanço*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- MANZUR, Tania Maria P Gomes. *Opinião Pública e política exterior do Brasil (1961-1964)*. Coleção Relações Internacionais. Curitiba: Juruá, 2009.
- NOGUEIRA, Paulo. Um novo slogan para a Folha de S. Paulo. *Carta Maior*, 25 de outubro de 2013. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Paulo-Nogueira-um-novo-slogan-para-a-Folha-de-S-Paulo/4/29323>
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 51, n. 2, 2008, p.36-153.
- _____. *As relações Brasil - Estados Unidos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- SCHUTTE, Giorgio Romano. Política externa brasileira como política pública. In: MARCHETTI, Vitor (Org). *Políticas públicas em debate*. SBC; SP: MP Editora, 2013.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. *África parceira do Brasil Atlântico. Relações Internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- SOUZA, Ismara Izepe de. O resgate da discussão sobre o “congelamento do poder mundial” nos governos Lula e Dilma (2003-2014). *Revista Conjuntura Austral*, vol.5, n. 26, 2014, p. 67-80.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. *A projeção internacional do Brasil (1930-2012)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Exteriores do Brasil (1945-1964). O nacionalismo e a política externa independente*. RJ: Petrópolis, Vozes, 2004.
- VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, v.

Editoriais

Folha de S. Paulo

- *Diplomacia e ditadura*, 17 de outubro de 2007.
- *Frustração na África*, 13 de abril de 2005.

- *Bolívia: Ame-a ou Deixe-a*, 2 de maio de 2006.

O Estado de S. Paulo

- *As fantasias africanas de Lula*, 9 de novembro de 2003.

- *Legitimando um ditador*, 17 de outubro de 2007.

- *Viagem a África imaginária*, 4 de julho de 2010.

- *Obsolência do inacabado*, 05 de maio de 2006.

Artigos

- Rossi, Clovis. *O fracasso (da memória)*, 04 de maio de 2006, *FSP*.

- Rossi, Clóvis. *O Homem de Estado*, 18 de dezembro de 2005, *FSP*.